

CAPÍTULO 6:

EXTENSÃO RURAL COMO MECANISMO DE INTERAÇÃO ENTRE UNIVERSIDADES E ÓRGÃOS DE CLASSE E FISCALIZAÇÃO (SANIDADE E INSPEÇÃO)

Lúcio Carlos Gonçalves¹, Matheus Anchieta Ramirez², Alex de Matos Teixeira³, João Pedro Costa Alves de Oliveira⁴, Dalvana dos Santos⁵, Frederico Patrus Ananias de Assis Pires⁶, Rafael Araújo de Menezes⁶, Luís Fernando Loiola de Oliveira⁶

Para compreender o papel da extensão rural (ER) como mecanismo de interação entre os órgãos de classe e de fiscalização sanitária e inspeção de produtos de origem animal, será necessário descrever brevemente como a ER atingiu o atual *status* e por quais modificações passou para atingi-lo. Será preciso, também, descrever brevemente as duas principais correntes que ainda atuam no exercício da ER, tanto pública como privada.

Apesar de algumas iniciativas isoladas de implantação da ER no Brasil, como a da Universidade Federal de Viçosa (1929 – Semana do Fazendeiro) quando ainda era Uremg (Universidade Rural do Estado de Minas Gerais), pode-se dizer que a ER ganha corpo no país a partir da fundação da Associação de Crédito e Assistência Rural de Minas Gerais (Acar-MG). A Acar-MG foi criada por iniciativa do grupo Rockefeller e pelo governo do estado de Minas Gerais (desnecessário dizer que os interesses do grupo Rockefeller eram manter a hegemonia dos EUA no continente, afastar o risco dos movimentos de cunho socialista e, sobretudo, colocar os insumos

¹ Engenheiro Agrônomo, DSc, Prof. Adjunto Departamento de Zootecnia da Escola de Veterinária da UFMG, Caixa Postal 567, CEP 30123-970, Belo Horizonte, MG. luciocg@vet.ufmg.br

² Médico Veterinário, DSc, Prof. Adjunto Departamento de Zootecnia da Escola de Veterinária da UFMG, Caixa Postal 567, CEP 30123-970, Belo Horizonte, MG. matheusarta@yahoo.com.br

³ Médico Veterinário, DSc, Prof. Adjunto Faculdade de Medicina Veterinária, UFU, Campus Umuarama, Bloco 2T, CEP: 38400-902, Uberlândia, MG. alexmteixeira@yahoo.com.br

⁴ Médico Veterinário, MSc, Doutorando em Nutrição Animal, Departamento de Zootecnia da Escola de Veterinária da UFMG, Caixa Postal 567, CEP 30123-970, Belo Horizonte, MG.

⁵ Médica Veterinária, Mestranda em Nutrição Animal, Departamento de Zootecnia da Escola de Veterinária da UFMG, Caixa Postal 567, CEP 30123-970, Belo Horizonte, MG.

⁶ Graduando em Medicina Veterinária, Escola de Veterinária da UFMG, Caixa Postal 567, CEP 30123-970, Belo Horizonte, MG.

produzidos pelas organizações do multimilionário Rockefeller na agropecuária brasileira).

A Acar-MG prosperou, e esse tipo de associação estende-se por todo o país.

Tal sistema de extensão passou, então, a ser organizado pelo governo federal, com a criação da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Técnica (Abcar). Faz-se necessário situar esses eventos de criação e organização do sistema de ER no Brasil.

- criação da Acar-MG (06/12/1948)
- criação da Abcar (1956)
- transformação das Acars em Empresas Estaduais de Extensão Rural (Ematers) (1974)
- transformação do sistema Abcar em Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater) (1974)
- apogeu do sistema Embrater (até 1979-80)
- decadência do sistema (80-90)
- extinção da Embrater (1990)
- sobrevivência da ER nos estados e municípios (1990 em diante)

Portanto, a ER no país viveu dias de grande expansão, sobretudo bafejada pelos ares da modernização conservadora (1965-1979). Mas sofreu um grande revés com a crise do capitalismo, em 1980, até a extinção da Ater federal pelo governo da Nova República, em 1990, pelo então presidente Fernando Collor de Mello.

Deve-se, portanto, brevemente, explicar por que esta ER cresceu tanto e por que foi importante para alavancar a então modernização conservadora.

A extensão implantada no Brasil seguiu os ensinamentos de Everett Rogers e o modelo difusionista desenvolvido nos Estados Unidos. Com a facilidade de crédito rural subsidiado (política do governo militar pós-1964 e a conjuntura da economia mundial, com as *commodities* com preço em elevação e a expansão do capitalismo em todo o planeta), a ER no país desenvolveu-se muito, inicialmente com dotações orçamentárias vindas do exterior e, posteriormente, com a forte atuação do governo central do país.

Cabe salientar que, nesse modelo de extensão difusionista, o técnico decidia quais tecnologias seriam adotadas. Nesse modelo vertical de "difusão" de tecnologias,

o agricultor era informado pelo técnico quais medidas e/ou operações deveriam ser adotadas e realizadas.

Como resultado, a agropecuária brasileira experimentou um crescimento espetacular, com aumentos significativos da produção como um todo, sobretudo pela abertura de novas áreas facilitadas pelo crédito rural subsidiado e pela facilidade de aquisição de novas áreas pelos agricultores.

O técnico difusionista atendia prioritariamente aos grandes agricultores que tinham terras para dar como garantia aos financiamentos e maior escolaridade ou organização para acessar esses financiamentos.

Como resultado desse processo, chegamos, ao final da década de 70, com uma estrutura fundiária com grandes concentrações de terra, em que poucos tinham a posse de muita terra e muitos tinham pouca ou nenhuma terra, e forte êxodo rural. O modelo de ER criado no Brasil e desenvolvido durante a modernização conservadora não atendeu aos pequenos produtores, hoje denominados agricultores familiares, que se encontravam em pior situação que no início do governo militar, descapitalizados, com baixo nível educacional, sem a posse legal da terra e sem capacidade de investimento, pois, com essas condições, não tinham acesso aos financiamentos que foram abundantes no período.

Nasce, portanto, a partir do início da década de 80, a necessidade de modificação da ER no país, de tal forma que fosse capaz de atender as necessidades básicas do pequeno produtor rural (agricultor familiar). Nesse momento, foram importantes os ensinamentos do pedagogo Paulo Freire, principalmente com os livros "Pedagogia do Oprimido" (1970), "Educação Como Prática da Liberdade" (1967) e "Extensão ou Comunicação?" (1968), escritos no exílio, no Chile (ao acompanhar o processo de ER nos assentamentos).

Assim, em razão da situação dos agricultores familiares no final da década de 70, que pouco se modificou, nos anos 80, 90 e no início do século XXI, o governo criou, por pressão da sociedade, a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater), a nova política de ER que visa atender exclusivamente ao agricultor familiar (extensão pública).

Este novo modelo de extensão, chamado de "Nova Extensão Rural", deve visar ao desenvolvimento do ser humano, por meio da educação, e também ao protagonismo do agricultor familiar, para este se capacitar e interagir com a

assistência técnica a fim de decidir o que é melhor para ele ou para a comunidade, respeitando-se as condições de gênero, geração, etnia e os princípios de conservação e da sustentabilidade ambiental.

Dessa forma, o novo modelo de extensão deve atuar para resolver os principais problemas sociais que afligem os agricultores familiares, principalmente aqueles não integrados ao mercado, as comunidades tradicionais, os indígenas, os quilombolas, os pescadores artesanais e os extrativistas.

É importante salientar que a agricultura patronal no país encontra-se em franca expansão, enfrentando as crises do capitalismo, as crises internas de governabilidade e as grandes flutuações cambiais. Esse tipo de agricultor patronal também necessita de assistência técnica e, sobretudo, dos avanços tecnológicos garantidos pela pesquisa, mas pode pagar por esses serviços. No entanto, maior atenção deve ser dada aos agricultores familiares que, de modo geral, encontram-se, na maioria dos casos, em situação socioeconômica desvantajosa em relação aos agricultores patronais.

Após descrevermos resumidamente a função das universidades, principalmente das públicas, dos órgãos de classe e da regulação que deve ser implantada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) (fiscalização), passaremos a descrever a interação que ocorre nestes órgãos e como é importante e decisiva a mediação da ER para alavancar o desenvolvimento da agropecuária brasileira como um todo.

As universidades: a universidade brasileira, especialmente a pública (UP), foi concebida sob a égide da trilogia "ensino, pesquisa e extensão"; essa trilogia apresenta relações imbricadas entre elas, mas basicamente poderíamos resumi-las em:

Ensino: transmissão de conhecimentos tácitos, com o objetivo de formar atores para os mais diferentes segmentos da sociedade. Visa treinar os estudantes para desempenhar funções específicas dentro do contexto social.

Pesquisa: visa gerar conhecimentos tácitos ou tecnologias que servirão de base para o desenvolvimento da sociedade. Essas tecnologias ou inovações são o ponto de partida para o desenvolvimento de uma sociedade cada vez mais a favor do bem-estar e da felicidade do ser humano. A pesquisa tem também a função de apoiar o ensino.

Extensão: quem estende, estende alguma coisa a alguém. Constitui a forma como o conhecimento tácito e as inovações são transferidos para a sociedade como um todo. Uma coisa é a extensão universitária, outra é a ER, que consiste na ciência que estuda a transmissão de conhecimentos para a área rural. Para que a ER aconteça, há necessidade da comunicação, tanto que Paulo Freire escreveu o livro "Extensão ou comunicação?".

Considera-se a extensão como exitosa quando há comunicação, ou seja, tem que haver *feedback* do receptor, demonstrando capacidade de adotar a tecnologia e/ou modificá-la. Isso mostra que houve transformação do receptor, o qual foi capaz de desenvolver senso crítico e ajustar a adoção da tecnologia às condições de sua vida ou da comunidade como um todo.

A ER realizada pelas UPs apresenta dificuldades em razão da descontinuidade de muitos programas (não todos, é claro), principalmente porque as universidades, embora formem técnicos destinados ao meio rural, na sua maioria, encontram-se situadas nos grandes centros urbanos.

Um outro entrave é que a extensão, dentro da própria universidade, não recebe a mesma atenção dos outros dois segmentos. Geralmente a pesquisa e mesmo o ensino são condicionantes para a aquisição de *status* pelos professores. Na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), somente nos últimos 10 anos, as atividades de extensão vêm sendo valorizadas e passaram a compor a matriz para a promoção da carreira docente.

Diante dessa realidade, cabem as perguntas: Como a universidade pode desenvolver a ER? Essa extensão estará sempre conectada aos órgãos de classe e ou fiscalização?

São muitas as maneiras e os programas de extensão de uma faculdade da área de ciências agrárias. Podem ser desenvolvidas atividades inseridas nos mais diferentes elos das cadeias produtivas dos alimentos de origem animal e também trabalhos voltados diretamente para o desenvolvimento, com foco no ser humano, como o desenvolvimento de comunidades, além de outros trabalhos específicos, como a divulgação de artigos que tenham como público-alvo a comunidade. Esses trabalhos de extensão podem estar com a extensão oficial (órgãos públicos) ou não. Nem sempre a ER oficial participa de todos os programas criados pelas universidades.

Após a descrição das funções dos órgãos de classe e de fiscalização, voltaremos a mostrar a grande inter-relação que existe entre universidades e a ER.

Órgãos de classe: os conselhos de classe de profissionais que realizam a ER com atribuições específicas para desenvolver atividades relativas às cadeias produtivas do agronegócio brasileiro são os Conselhos Regionais de Medicina Veterinária (CRMVs) e os Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREAAs), que congregam profissionais da área de medicina veterinária e zootecnia (CRMV) e de agronomia (CREAA).

Esses órgãos de classe têm a função de fiscalizar a atuação e as atribuições de cada profissional, bem como aplicar sanções. Mas, recentemente, eles passaram a desempenhar um papel, além de aplicações de sanções, de orientação dos profissionais para que eles possam desenvolver as atividades de acordo com as regulamentações de cada profissão. Também os conselhos de classe realizam atividades de extensão ou utilizam a ER para divulgar suas atividades e/ou situações que sejam do interesse de seus associados. Essas atividades de extensão e suas conexões serão descritas conjuntamente com as das UPs e dos órgãos de fiscalização.

Órgãos de fiscalização: os órgãos de inspeção, tanto em nível federal (Sistema de Inspeção Federal – SIF), quanto estaduais (Sistema de Inspeção Estadual – SIE) e municipais (Sistema de Inspeção Municipal – SIM), estabelecem normas para a garantia da segurança alimentar e nutricional (Segurança Alimentar e Nutricional – SAN). Para tanto, devem garantir produção, processamentos, transporte e armazenamento dos produtos agropecuários. Esses serviços de inspeção agem interligados, e, em muitos casos, pode existir ou funcionar apenas um deles.

No caso específico de produtos da agroindústria, tanto as pequenas empresas como os complexos agroindustriais (CAIs) estão sujeitos às mesmas normas.

No entanto, o Decreto nº 8445/2015 alterou os artigos 151 e 153 do anexo ao Decreto nº 5741/2006 do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa).

Esses artigos tratam da adesão dos serviços de inspeção para dar maior agilidade na descentralização do sistema, reconhecendo, de forma mais efetiva, o papel dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e dos consórcios municipais, tornando, assim, mais ágil o processo de adesão, isto é, de reconhecimento de

equivalência dos serviços dos entes federados, o que beneficia um crescente número de estabelecimentos agroindustriais da agricultura familiar que já estão aptos a serem incluídos no Suasa.

Essas modificações permitem, de alguma forma, a comercialização das pequenas agroindústrias da agricultura familiar. Os órgãos que fiscalizam também interagem com as universidades, os conselhos de classe e a ER, tanto nos processos de produção de alimentos como nos relativos à transferência de tecnologias.

O conhecimento gerado percorre um longo caminho, conforme ilustra o esquema da página 53, desde a experimentação até chegar à sociedade sob a forma de produto (tecnologia) ou conhecimento.

Antes da publicação, os artigos são submetidos ao crivo de relatores especialistas.

Após publicados, podem ser "consumidos" pelos extensionistas como tal ou este conhecimento ou tecnologia pode chegar ao extensionista por meio de eventos científicos ou artigos de revisão. Numa etapa seguinte, pela divulgação em revistas técnicas ou por qualquer outro meio usual de comunicação, o extensionista pode aprender e apreender o novo conhecimento. Apesar de possíveis dificuldades nas fases iniciais, como a impossibilidade de compreensão dos artigos em língua inglesa, na maioria dos casos, e/ou problemas de deslocamento dos extensionistas até os locais onde são realizados os eventos, o extensionista tem um papel muito importante porque ele está diretamente ligado ao produtor rural (consumidor final) e se comunicando com ele de forma constante, recebendo o *feedback*, que é fundamental para o crescimento do extensionista. Neste caso, a universidade tem menos mecanismos para receber o *feedback* diretamente dos produtores e isso pode impedir o aperfeiçoamento de muitas técnicas e/ou tecnologias geradas que, muitas vezes, precisam de ajustes para chegarem até os diferentes tipos de produtores rurais do país. Também aqui será necessário respeitar os aspectos de gênero, geração, etnia, cultura, territorialidade e sustentabilidade.

É bem verdade que o nível educacional do produtor patronal facilita o acesso a tecnologias, bem como sua maior capacidade de contratar assessoria individual. Por possuir maiores recursos financeiros, faz com que essas tecnologias geradas ou conhecimentos possam chegar mais rapidamente aos seus empreendimentos.

Uma vez que o conhecimento chega até o extensionista, ele, por meio da ação de extensão, vai até o consumidor final. Fica bem clara, assim, a interação UP com a extensão. Mas como a ER se torna um mecanismo de interação entre as universidades e os órgãos de classe e da inspeção?

Sendo gerada a tecnologia, esta será transmitida ao produtor por meio da extensão; neste caso, o extensionista definirá qual o melhor método para se comunicar com os produtores rurais.

Um caso bem característico refere-se à atuação da ER para estabelecer as boas práticas de fabricação (BPF) de um determinado produto de origem animal que a universidade ajudou a desenvolver para uma comunidade que deseja montar uma agroindústria.

A ER precisa desenvolver um trabalho educativo para despertar o interesse pela adoção das BPF e explicar por que a fiscalização (SIM, SIE ou SIF), quase sempre SIM, vai ser importante para aquela comunidade. E mais, dependendo da indústria de processamento, a ER deverá ajudar a desenvolver o manual de BPF, pois as agroindústrias, via de regra, não possuem recursos para desenvolvimento do manual (recursos técnicos e/ou financeiros).

A interação UP – Mapa (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) (fiscalização) vem por meio da ER, que solicita a fiscalização para atender normas já definidas pelas instruções normativas do Mapa. Neste caso, pode haver – e sempre há – uma interação tripla, em que os conselhos de classe têm papel fundamental porque ajudam a preparar os profissionais para o exercício da atividade por meio de promoção de eventos dos quais eles deveriam participar ou por meio de educação continuada levada até o técnico, por ex.: Conselho Regional de Medicina Veterinária de Minas Gerais (CRMV-MG), com fornecimento de recursos para a elaboração dos “Cadernos Técnicos da Escola de Veterinária da UFMG”.

Desta forma, o extensionista bem treinado apreende o conhecimento e o repassa à comunidade que, ao montar o empreendimento, será fiscalizada pelos órgãos de inspeção. É importante salientar que, na maioria dos casos, esta fiscalização é uma ação conjunta dos órgãos de fiscalização e sanidade, como no caso do estado de MG, onde agem técnicos do SIM, do Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA) verificando a possibilidade de ocorrência de transmissão de doenças e não conformidades relativas à presença de microrganismos causadores de

toxinfeções alimentares aos consumidores finais. Outro caso específico seria o da Secretaria Estadual de Agricultura, Abastecimento, Pesca e Desenvolvimento Interior do estado do Rio de Janeiro (SEAAPI-RJ), por meio da portaria n.510, que versa sobre implantação, registro, inspeção, e fiscalização da Industrialização.

Merece nota o fato de que o Mapa designou, desde 2013, uma comissão específica para elaborar uma normativa para a agroindústria de origem familiar, mas que ainda não conseguiu produzir a redação, em face das dificuldades inerentes à conservação de produtos processados nas diferentes possibilidades das agroindústrias do país. É importante lembrar que os produtos da agroindústria podem não ser para consumo imediato, estando sujeitos ao desenvolvimento de muitos tipos de microrganismos que podem causar problemas à saúde humana. Portanto, são compreensíveis as dificuldades que a equipe assessora vem encontrando. Ademais, as reuniões não têm um calendário definido. É mais um caso de interação entre as universidades, o Mapa e os conselhos de classe, uma vez que todas essas entidades têm assento na comissão. Ressalta-se também que a ER teve papel preponderante para levar a demanda da alteração da atual legislação, Decreto n.5741/2006, mesmo ele já tendo sofrido alguma flexibilização pelo Decreto 8.445/15, que alterou os artigos 151 e 153, conforme comentado anteriormente.

Outro ponto em que a ER funciona como um mecanismo de interação entre UP, conselhos de classe e órgãos de fiscalização refere-se à necessidade de certificação dos produtos orgânicos.

A agricultura orgânica é um sistema de produção que exclui o uso de fertilizantes sintéticos, agrotóxicos, reguladores de crescimento, organismos geneticamente modificados e preconiza o uso de rotação de culturas, adubação verde, compostagem e controle biológico para controle de pragas e doenças. Esse tipo de produção está diretamente relacionado ao desenvolvimento rural sustentável, pois traz uma nova política que privilegia o uso de recursos naturais, a manutenção da biodiversidade, a preservação ambiental, bem como a qualidade da vida humana. A agricultura orgânica está em franca expansão, fato explicado pela maior conscientização dos consumidores em relação aos efeitos da agricultura convencional intensiva, considerando efeitos de agrotóxicos e agressão ao meio ambiente.

Para conseguir a certificação dos produtos orgânicos, os agricultores precisam se organizar e se enquadrar na legislação conhecida como Sistema Brasileiro de

Avaliação da Conformidade Orgânica (SIORG). Existe mais de um tipo de certificação, mas não vem ao caso discutir os sistemas, para evitar sair do tema proposto.

O conjunto de normativas e regulamentos impostos pelas certificadoras pode ser de difícil interpretação e aplicação pelos agricultores da base familiar, tornando esse mecanismo de controle inacessível devido à complexidade das etapas necessárias para certificação da produção. Vários autores ressaltam a importância da associação de produtores para vencer os obstáculos financeiros e tecnológicos, além de facilitar a comercialização. Assim a Emater-PR resolveu desenvolver uma ação de extensão no norte do estado que caracteriza bem como a ER funciona como mecanismo de interação entre órgãos de classe e fiscalização e as universidades.

Foi desenvolvido um trabalho na forma participativa de Ater, valorizando a troca de conhecimentos entre técnicos e agricultores, respeitando-se os aspectos sociais, culturais e de cada propriedade.

Foram também via Emater-PR estabelecidas parcerias entre sindicatos de trabalhadores rurais, instituições de pesquisa, associações de produtores, bem como o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Mapa. Foram feitas visitas para verificar a adequação das propriedades às conformidades dos regulamentos, quando os próprios agricultores se conscientizaram das necessidades de adequações.

A universidade auxiliou fornecendo treinamento aos técnicos e agricultores por meio dos centros de treinamentos mantidos pela Emater-PR. Os agricultores se interessaram por processar e comercializar os produtos orgânicos visando à melhoria da renda familiar.

Os órgãos de fiscalização SIM e SIE auxiliaram na montagem das conformidades das agroindústrias. A UP auxiliou nos registros e na organização da documentação, o que resultou na certificação de sistemas orgânicos de produção com custos acessíveis, de modo a assegurar ao mercado consumidor a credibilidade desses produtos, o que é, sem dúvida, o atendimento de uma demanda para consolidar o potencial da agricultura orgânica como um instrumento para o desenvolvimento da agricultura familiar.

Este é um caso em que as ações de Ater funcionaram como mediadores da interação entre órgãos de classe e fiscalização, as UPs (órgãos de pesquisa) e os produtores rurais.

Situação semelhante ao descrito acima foi proposta também para as agroindústrias familiares nos estudos de 10 casos no município gaúcho de Júlio de Castilhos (Lanes, 2014). A autora sugere uma série de ações conjuntas para melhorar as condições socioeconômicas dos agricultores familiares do município onde a Emater-RS poderia coordenar ações envolvendo as universidades e os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETs), o sistema de inspeção municipal e os órgãos de classe. Assim, com apoio dos órgãos de classe, as Us forneceriam educação continuada aos profissionais que atuariam nas agroindústrias e treinariam os agricultores em espaço coordenado pela Emater-RS, envolvendo seus alunos de graduação e pós-graduação.

O SIM verificaria se os estabelecimentos se adequariam às BPF e aos procedimentos padrões de higiene operacional (PPHO) (que fiscaliza a produção de matéria-prima).

Dessa forma, toda a sociedade sairia ganhando, pois o consumidor final teria garantido a segurança alimentar e nutricional (SAN) e o agricultor familiar melhoraria suas condições socioeconômicas. A autora relata, ainda, a importância do desenvolvimento rural, ao favorecer toda a população pela maior geração de renda e giro de capital em todo o município.

São muitas as possibilidades de interação entre Us, órgãos de classe e fiscalização. A título de exemplo, vale citar um caso mediado pela Emater-MG no município de Monte Santo (MG). Nessa localidade, ocorreu um surto de nefropatia e faringite bacteriana que acometeu 400 pessoas, das quais quatro foram a óbito. Isto provocou uma sobrecarga abrupta aos hospitais desse pequeno município e uma preocupação para toda a comunidade. Após estudar melhor o caso, constatou-se que as doenças foram ocasionadas pelo consumo de sorvete feito com leite não pasteurizado, que tinha como agente contaminante o *Streptococcus equii*, variedade *zooepidermicus* (causador de mastite), oriundo de leite cru clandestino.

A Emater-MG contactou o Departamento de Clínica e Cirurgia Veterinária (DCCV) da EV/UFMG para que a população fosse esclarecida da necessidade de combater o uso de leite clandestino. Estavam presentes à palestra do especialista da UFMG técnicos da Emater (local e de cidades vizinhas), técnicos do Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA), produtores rurais patronais e da agricultura familiar, além de outros setores da sociedade, como a Secretaria Estadual de Saúde e o Serviço

Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), também coorganizadores do evento. Este é um caso que bem exemplifica a Emater como agente mediador das interações entre Us e órgãos de classe e fiscalização envolvendo inspeção e sanidade. Outro exemplo de interação é o nacionalmente conhecido Projeto Unileite, que tem como participantes a UFMG, produtores rurais patronais (mas não exclui a agricultura familiar), empresas envolvidas na cadeia produtiva do leite, Emater/ IMA/ cooperativas e rádios locais.

A Emater-MG, por meio de seus cadastros dos escritórios locais, identifica potenciais produtores para participarem do projeto. A UFMG e demais colaboradores acompanham a qualidade do leite no treinamento individual de ordenhadores, capatazes e proprietários, fazem a coleta dos dados relativos à qualidade do leite e processam-nos com envolvimento de grande número de estudantes de graduação e profissionais das áreas do controle de qualidade do leite. O projeto ainda publica relatórios da pesquisa na forma de resumos e artigos científicos, dando ciência a toda a comunidade dos resultados de seu trabalho. Os resultados indicam benefícios para toda a sociedade, com a aplicação de PPHO para obtenção do leite bovino produzido nas propriedades assistidas. Esses dados, após análise, são fundamentais para a definição de ações mais amplas de extensão e norteiam as empresas envolvidas na cadeia produtiva do leite e no projeto para definição de estratégias de ação e políticas empresariais na região e na área de abrangência do projeto.

Esse é um bom exemplo da mediação da Emater-MG (ER) na interação de diferentes setores da sociedade, para citar um trabalho de desenvolvimento de comunidades realizado fora da região Sul do país, que tem uma agricultura familiar montada em outras bases, inclusive fundiária. Isso porque, nessa região, houve diferenças da colonização implantada, pois o clima era diferente do restante do país e, durante a colonização, a metrópole tinha preocupação maior em garantir a posse do que espoliar, diferentemente do que aconteceu no restante do país.

Merece destaque o projeto desenvolvido e coordenado no Instituto de Ciências Agrárias da UFMG (ICA/ UFMG) em Montes Claros, denominado Troca de Saberes. Trata-se de um projeto que envolve o extinto MDA e o Mapa (trabalho de desenvolvimento de comunidades), nos chamados Polos de Cidadania. Também há envolvimento dos coordenadores de territórios (coordenadores locais) e da Emater-MG, que informa os produtores de uma definida comunidade escolhida para a ação de

extensão, que conta com a participação dos sindicatos locais de trabalhadores rurais e da Fetaemg (Contag), da Pastoral da Terra e das prefeituras, fornecendo transporte aos técnicos das Secretarias Municipais de Agricultura, inclusive técnicos dos sistemas de inspeção municipal, se houver, e profissionais das áreas de zootecnia e veterinária, dentre outros, pertencentes às universidades e/ou outras instituições de ensino superior, como os IFETs, apenas para exemplificar.

Durante o ciclo de troca de saberes, que dura três dias em cada etapa, são realizadas ações de extensão local, e os palestrantes recebem o *feedback* das comunidades e também se educam. É mais um exemplo de mediação da ER no desenvolvimento de comunidades interagindo com Us, órgãos de classe e de fiscalização.

Apenas para completar as informações relativas aos órgãos de classe no preparo do profissional para o exercício da profissão, é importante relatar que os programas de educação continuada destas instituições são de grande valia para os técnicos e constituem importantes formas de interação, muitas vezes mediadas pela ER, entre Us (fornecendo cursos, publicando artigos de divulgação, etc.) e os órgãos de classe e fiscalização, uma vez que os fiscais do SIF, SIE e SIM também são filiados aos conselhos regionais.

É importante relatar que boa parte da educação continuada hoje em MG já é feita via internet. Os cadernos técnicos da EV/UFMG são enviados aos associados por *e-mail*.

Para encerrar as formas de participação da mediação da ER, ou mesmo para descrever interações entre essas diferentes instituições, não se poderia deixar de citar a participação conjunta de membros de todas elas nas câmaras técnicas das Secretarias de Agricultura e dos órgãos estaduais de saúde animal. Também merece destaque a presença desses profissionais, de todas as instituições, nos programas de controle de zoonoses, nas comissões de pecuárias e abastecimento e nos programas de SAN do Mapa.

Conforme descrito, fica claro como a ER é um importante mecanismo de interação entre Us, órgãos de classe e fiscalização. A capilaridade da ER oficial, por estar presente em grande número de municípios, facilita essa ação, tornando a ER um relevante fator do desenvolvimento rural brasileiro.